ATA DA 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS 2015

*Aos 15(quinze) dias do mês de abril de 2015, às 15h00min (quinze) horas, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal de Anápolis-Goiás, sob a Presidência do vereador Lisieux José Borges, secretariado por: Wederson Cristiano da Silva Lopes, Jakson Charles de Oliveira Diniz Serbeto, Amilton Batista de Faria Filho, Mirian Garcia Sampaio Pimenta e Gleimo Martins. Compareceram ainda: Alfredo Paes Landim Filho,, Dinamélia Ribeiro, Carlos Alberto Rodrigues Eber Batista Mamede, Eli Rosa da Silva, Jean Carlos Ribeiro, Jesus Fernandes Abrenhosa, João Pereira de Souza, Maria Geli Sanches, Miguel Elias Hanna, Mauro José Severiano, Paulo Roberto de Castro Lima. Pedro Antônio Mariano de Oliveira, Pedro Carneiro da Ponte, Valdair de Jesus Vespasiano dos Reis Gomes e Wilmar José Silvestre. À hora regimental o senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao senhor Secretário que fizesse a chamada dos vereadores presentes e a leitura da Síntese da ata anterior. A Ata completa foi colocada à disposição dos senhores vereadores. PEQUENO EXPEDIENTE: -Leitura da Síntese da Ata Anterior: Leitura de Correspondências e Leitura de Projetos: (ás comissões).1) PREFEITO MUNICIPAL - Projeto de Lei- Altera dispositivo da Lei Complementar nº 132, de 30 de outubro de 2006, que dispõe sobre os Condomínios Urbanísticos de Unidade com Gestão Autônoma e dá outras providências. 2)PREFEITO MUNICIPAL –Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a permutar lotes de terrenos de propriedade do Município de Anápolis, situados no loteamento Setor Sul Jamil Miguel 2ª Etapa, por lotes de terrenos de propriedade particular, situado na Vila Santa Terezinha. 3) –PREFEITO MUNICIPAL – Institui a Lei Diretrizes Orçamentárias que dispõe sobre as Diretrizes Gerais para elaboração da Lei Orçamentária 2016.4)GELI SANCHES : Assunto: Estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais da Rede de Urgência e Emergência de Anápolis,Prontos Socorros, Unidades de Saúde, Ambulatórios e Pronto de Atendimento- UPA-, a publicarem a Escala Diária dos Médicos e do responsável pelo Plantão, bem como a folha de pagamento.5) JAKSON CHARLES–Assunto:Solicita a Compilação, Consolidação e Versionamento de toda Legislação do Município de Anápolis-Goiás. .Foram enviados Requerimentos a Diretoria Legislativa. - Usaram a palavra os vereadores: **MIRIAN GARCIA** - Cumprimentou a Mesa e demais presentes e falou que vai propor a realização de audiência pública, ainda na primeira quinzena de maio, para discutir a desburocratização do sistema de abertura de micro e pequenas*

empresas em Anápolis. O encontro será voltado para contadores e outros profissionais da área, com a presença de representantes do poder público. Segundo Mirian, uma boa opção é a implantação na cidade da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que permite a abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas em todas as Juntas Comerciais do Brasil, simplificando procedimentos e reduzindo a burocracia ao mínimo necessário. "Existe com esse sistema a possibilidade de abertura de uma empresa em até 48 horas. Isso estimula as pessoas a entrarem na formalidade, gerando emprego e renda para a cidade, além de contribuindo na melhoria da arrecadação", justificou Mirian Garcia. Para a vereadora, só com medidas voltadas para redução da burocracia que ajudarão no crescimento de Anápolis, que tem perdido espaço no cenário regional. "Hoje a segunda cidade de Goiás é Aparecida de Goiânia, precisamos estar atentos a isso e recuperar nosso espaço", ressaltou Mirian Garcia MAURO JOSÉ SEVERIANO-Depois de cumprimentar a todos o vereador começou sua fala fazendo comentários sobre o Projeto da vereadora Geli que encontrava em Pauta , o Projeto que estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais da Rede de Urgência e Emergência de Anápolis, Prontos Socorros, Unidades de Saúde, Ambulatórios e Pronto de Atendimento- UPA-, a publicarem a Escala Diária dos Médicos e do responsável pelo plantão, bem como a folha de pagamento. Relatou que acha que este Projeto já esteve em Pauta em outra Legislatura e solicitou aos membros da CCJ, que analisassem os Projetos, que forem enviados as Comissões friamente. ***GRANDE EXPEDIENTE*** *-:* ***GLEIMO MARTINS-*** *Cumprimentou a Mesa e demais presentes e repercutiu sobre o Programa Bolsa Atleta, da Prefeitura de Anápolis. O vereador falou que hoje de manhã, participou representando a Câmara Municipal no evento da Entrega da Adesão da Bolsa. Falou que Anápolis é a única em Goiás que tem esse benefício. O vereador comentou que a Bolsa Atleta não cobre todas as despesas, mas é um passo decisivo que ajuda muito quem tenta ser um profissional do esporte. Gleimo citou ainda como exemplo bem sucedido de intervenção do Poder Público municipal no setor, o projeto Zatopek, de atletismo, que colocou Anápolis em destaque em uma publicação de renome nacional. O Programa Bolsa Atleta vai beneficiar em 2015, 124(Cento e vinte e quatro) jovens praticantes de atletismo, basquete, capoeira, ciclismo, futebol, futsal, handebol, judô, caratê, kickboxing, natação, patins e skate (práticas radicais), taekwon-do, tênis, tênis de mesa, vôlei e xadrez. As bolsas foram distribuídas em três categorias: Bolsa Atleta Base 1, que atende crianças com idade*

entre oito e 12 anos (receberão um auxílio de R$ 200 mensais); Bolsa Atleta Base 2 que atende adolescentes com idade entre 13 e 17 anos (receberão um auxílio de R$ 350 mensais) e Bolsa Atleta Rendimento, destinado aos atletas com 13 anos ou mais que participam de competições esportivas de âmbito estadual ou nacional (receberão um auxílio de R$ 500 mensais).Os atletas anapolinos beneficiados com a bolsa, criada em 2011, podem utilizar o incentivo financeiro em gastos com alimentação, saúde, transporte, material esportivo, participação em eventos esportivos, em taxas de federação, educação e moradia. ***WEDERSON LOPES -*** *Cumprimentou a Mesa e demais presentes e fez um alerta, quanto a existência de uma Cooperativa que está atuando na cidade, na construção de um Conjunto Habitacional popular, com recursos do Programa Federal 'Minha Casa Minha Vida'. O parlamentar demonstrou preocupação em relação ao trâmite da entidade na escolha daqueles que serão beneficiados com as moradias. Wederson disse que não há irregularidade em uma empresa manter um convênio para edificação de moradias voltadas aos mais carentes, mas o que ele cobrava era mais transparência da cooperativa. "Fui informado por uma pessoa, que foi em busca de tentar uma moradia, que só são cadastrados para triagem aqueles que chegam indicados por um membro", comentou o vereador. O conjunto habitacional está sendo construído próximo ao setor Industrial Munir Calixto. A sede da cooperativa fica em uma galeria na Avenida Mato Grosso. Wederson Lopes informou que esteve nos dois lugares, mas que não conseguiu muitas informações, mas que pretende apurar melhor o caso. "Achei tudo muito estranho", frisou.O vereador exigiu transparência em uma iniciativa que conta com recursos financeiros do poder público, com lisura no processo de seleção dos beneficiados. Wederson prometeu levar o caso à direção da Caixa Econômica Federal, agente financeiro do 'Minha Casa Minha Vida'.* ***JAKSON CHARLES:*** *Cumprimentou a Mesa e demais presentes e falou sobre sua participação na primeira Audiência Pública de reforma do Plano Diretor de Anápolis, e parabenizou a Secretaria do Planejamento, o Núcleo do Plano Diretor, o Secretário de Obras e toda a população presente. Comentou sua observação sobre a grandiosa e a complexidade das alterações no Plano Diretor, e a preocupação das pessoas, dos empresários e de alguns vereadores presentes dos reflexos dessas mudanças. Reafirmou sua palavra usada na ocasião, com o pedido de que esse Projeto não fosse encaminhado para essa Casa de Leis em caráter de urgência, para que ele tenha tempo suficiente para passar por todas as Comissões, com tempo hábil e tranquilo, para que, cada Comissão que encontrar alguma divergência ou alguma*

coisa que possa ser alterada, possa promover Audiências Públicas com a população para discutir. O Plano Diretor mexe diretamente com a vida das pessoas, e todos os vereadores cobraram a atualização do Plano diante de tantos problemas que vêm ocorrendo, e cumprimentou a equipe da Prefeitura por tomar a iniciativa de iniciar as conversações, e explicou, perante a afirmação de duas pessoas presentes de que seria inadmissível realizar uma audiência sem consultar previamente o povo, que a audiência é justamente para consultar a população sobre o que é proposto, para propor as mudanças; e falou sobre a necessidade do cuidado para não se deixar levar pelos discursos emocionais e emotivos, que tenham cunho pessoal como os que foram vistos naquele local. Lembrou a responsabilidade da Casa e o zelo necessário para garantir toda segurança possível para a população, e o desenvolvimento e crescimento da cidade sejam garantidos. Também parabenizou ao Prefeito Municipal e ao Procurador do Municipal, pois muitas pessoas lhe procuraram para tratar de um problema na Lei Cento e Trinta e Dois de dois mil e oito, a qual limitava em seu bojo a ocupação máxima de condomínios em trinta por cento na construção das unidades semeadas e individuais, e que vários projetos de investimentos na cidade estavam paralisados em função dessa Lei. Pediu que o Projeto do novo Plano Diretor viesse com tempo para essa Casa para que não ocorra o mesmo problema que ocorreu com essa Lei, onde, segundo julga o edil, houve uma rapidez na aprovação da Lei e não se observou um deslize de digitação, pois o cálculo previsto contraria o Plano Diretor, onde a taxa permitida é de setenta por cento, e outro item da mesma Lei afirma que esse índice é de setenta por cento. Pediu aos vereadores, ao Presidente e às Comissões pela agilidade na análise dessa Lei, pois inúmeros projetos de investimento estão parados em virtude da necessidade dessa regularização, observando que essa mudança não fere o atual Plano Diretor e encerrou sua fala. ***AMILTON FILHO****: Cumprimentou os presentes e fez o convite aos demais vereadores e aos interessados para a reunião no dia seguinte que tratará da reforma do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis e explanou sobre os trabalhos feitos pela Comissão, conforme consta nos áudio-vídeos desta Casa. Tratou também da questão dos profissionais de saúde, que não tiveram esse ano aumento em seus vencimentos, e lembrou a aprovação do reajuste para os professores, em janeiro, para os demais servidores do Executivo e do Legislativo, em março; e os profissionais credenciados não tiveram esse reajuste concedido aos demais servidores. Atingiu principalmente a categoria dos profissionais dos PSF, e dirigiu seu apelo ao Prefeito Municipal e ao Secretário da Saúde e explicou que são essas pessoas*

que fazem o trabalho de fato acontecer, e pediu que concedessem esse reajuste, e manifestou sua convicção de que isso irá ocorrer. Comentou sobre o trabalho da saúde em Anápolis, definindo-o como de excelência e qualidade, e explicou que da valorização do servidor também faz parte a remuneração. Explicou que o comissionado da Saúde é "o patinho feio" e é discriminado, pois não tem direito a qualquer adicional, nem a décimo terceiro, insalubridade e outros. Encerrou reforçando o apelo e pedindo uma solução positiva para essa demanda. ***SARGENTO PEREIRA****: Cumprimentou os presentes e falou sobre Saúde, afirmando que essa é sua luta nesta Casa. Explicou que visita as Unidades de Saúde Municipais e, quando liga para o Secretário, ele sempre está disposto a atender, e pediu que todos os profissionais tenham a mesma disposição que ele tem. Falou sobre sua visita a ele naquele dia pela manhã, quando trataram vário temas, o primeiro foi sobre medicamentos e a falta de logística na distribuição, e sugeriu uma pessoa responsável para cuidar disso. Explicou que a Secretaria não consegue mensurar o que tem nos estoques do Município e em cada Unidade de Saúde, o que dificulta a fiscalização, e qualquer pessoa pode receber material no Município. Sugeriu a criação de uma equipe temporária para assinar e receber todos os materiais da Secretaria, com representantes de vários setores da sociedade. Também citou o problema com cartões do SUS, pois o município possui quatrocentos mil habitantes e quase um milhão de cartões, e não é justo que o Município deixe de atender um morador seu e cada Prefeito deve ser responsável pelos seus munícipes. Porém, o recadastramento a ser feito pelo Município não deve ser igual ao da distribuição de insulina aos diabéticos, pois este foi feito encima da hora, gerando desgaste para a gestão, e a Lei determina esse fornecimento somente para as pessoas carentes. Sua assessoria também telefonou aos postos de saúde, e cerca de noventa por cento não estavam fazendo curativos por falta de algum material. Isso repercute na UPA e nos CAIS, e essa parte preventiva poderia ser feita nos postos. Dirigiu o pedido aos servidores da saúde por zelo aos pacientes. Também falou a necessidade de valorização dos diretores, citando o doutor Marcelo, diretor do CAIS Progresso, e que este precisa ser reconhecido, falando sobre seu trabalho, mas seu salário é mais baixo que de muitos comissionados, e perde-lo seria uma grande perda para o Município. Falou que comentou com o Secretário que sua atenção às demandas era muito boa, mas sua assistência não estava lhe dando o devido suporte, e pediu a parceria entre os diretores e o Secretário da Saúde. Pediu também urgentemente a reforma do CAIS Progresso, para a qual já há um projeto elaborado; e também o*

SAMU da Vila Jaiara, já pedido pelo vereador Jean Carlos; mas o Secretário lhe explicou que o Ministério da Saúde não está mais habilitando ambulâncias e a cidade possui apenas seis; o edil pediu então duas ambulâncias a ser deslocadas para a Vila Jaiara. Finalizou dizendo que irá cobrar os resultados e informará quando eles forem alcançados. ***ORDEM DO DIA*** *–-: Houve votação de requerimentos. E nada mais havendo a ser tratado o Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando-se outra para o dia 27 de abril em horário regimental. Para constar eu Mariza Carneiro de Medeiros, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora da Casa.*